

XXII CRISE E REESTRUTURAÇÃO

I. OS FATORES INTERNOS DA CRISE

Pouco depois de 1200, todo o sistema político do Oriente Próximo que tinha se mantido muito estável durante diversos séculos desmoronou bruscamente devido à pressão de invasores externos provindos do Ocidente. A historiografia moderna contentou-se durante muito tempo com a explicação externa e migratória da crise, mas depois começou a questionar-se se isso era suficiente para explicar uma mudança tão drástica. A crise do século XII redesenha o mapa político, a distribuição dos assentamentos, as formas da cultura material, as relações sociais e as ideologias. Não é por acaso que na periodização tecnológica realizada nos oitocentos a crise do século XII separa o período do Bronze do período do Ferro.

Existe a convicção de que o choque dos invasores sobre as formações estatais teve essa eficácia e essas consequências porque os Estados já estavam, de alguma forma, “esvaziados” internamente de sua capacidade de resistência. Os fatores externos (e especialmente migratórios) estão presentes certamente, mas com um peso numérico reduzido (povos do mar), ou reinterpretados como fatores internos (nômades). Em vez de causas, passam a ser avaliados como consequências, e de origem do colapso passam a ser entendidos apenas como um aspecto dele.

Já no referimos à crescente crise demográfica ocorrida em várias regiões, durante o Bronze Tardio. Os planaltos semiáridos da Transjordânia e da Alta Mesopotâmia retomam o nomadismo; na Anatólia e na Síria, grandes cidades são abandonadas e os assentamentos concentram-se nos vales irrigados; no centro e no norte da Mesopotâmia a população é reduzida à metade. Esta crise deve-se, sobretudo, à diminuição do nível demográfico interno (isto é, das taxas de natalidade, pois as outras já são baixas), combinada com fatores produtivos e sociais também presentes. Porém, essa tendência à regressão interna foi acentuada por fatores políticos. Apesar da diminuição dos recursos

humanos e materiais, os palácios não quiseram redimensionar suas pretensões e seu teor de vida (que, aliás, são ampliados), recorrendo a arrecadações mais pesadas, que acabaram arruinando a população produtiva já em dificuldade. A presença da concorrência internacional, também militar, a submissão de regiões inteiras ao pagamento de tributo externo, as numerosas deportações, constituem estratégias utilizadas pelos Estados mais fortes para sanar sua crise, e que são jogadas nas costas das regiões mais enfraquecidas.

Guerras e deportações, despovoamento e crise produtiva provocaram fome e peste, que eram problemas endêmicos no período do Bronze, mas que a documentação situa particularmente em meados do século XIV e depois no final do século XIII. Os angustiosos apelos dos últimos reis hititas a seus últimos vassallos, para obter trigo a qualquer custo, ou a intervenção do Egito "para manter em vida o miserável país de Hatti", mostram uma situação de muita gravidade. Além disso, a sequência dendrocronológica de Górdio registra por volta de 1200 alguns anos de muita seca, o que explicaria a terrível carestia que assolou a Anatólia já em dificuldades. Na Baixa Mesopotâmia, o progressivo colapso da rede de canais provocou uma crise na agricultura, abandonando ao pastoreio seminômade as regiões pantanosas, assim como as semiáridas de outras regiões. À degradação da paisagem e do espaço agrário, ao espetáculo das grandes cidades do Bronze Médio reduzidas a recintos amuralhados vazios na estepe, assoma a crise do comércio caravanero, que encontrava dificuldades cada vez maiores para atravessar regiões sempre mais amplas fora do controle palaciano.

As dificuldades demográficas e produtivas acompanhavam a crise social que, em um plano lógico e cronológico, pode ser considerada a causa primeira de todo o colapso. Já discorreremos a respeito das alienações de terras, e da conseqüente escravidão por dívidas. O fim da solidariedade no âmbito familiar e da aldeia produz fenômenos de enriquecimento (dos membros da aristocracia palaciana), de ruínas, de separação dos membros de um mesmo núcleo familiar (mulher e filhos penhorados por dívidas), de fugas de devedores inadimplentes escravizados ou na iminência de sê-lo. A escravização da população das aldeias contribui para o enfraquecimento da demografia, da motivação para produzir e da adesão popular à autoridade real.

Já vimos que o rei do Bronze Tardio deixa de se preocupar com a ruína econômica da população rural e não publica mais editos de remissão. Em vez disso, ele se enriquece por meio de uma política míope de ganhos rápidos e de solidariedade de classe. Mesmo no âmbito familiar, o fim da solidariedade tradicional manifesta-se na necessidade de inserir cláusulas que exigem dos filhos um comportamento de assistência e obediência aos pais, como condição para o acesso à herança. Tudo isso tem sua razão de ser. Quando lido na óptica individual, mostra a tentativa de garantir uma percentagem crescente de recursos cada vez mais escassos. Porém, o mesmo panorama analisado globalmente mostra a negatividade de um comportamento que não leva em conta as necessidades de salvaguardar as condições mínimas de sobrevivência física e de liberdade política, para manter em função todo o mecanismo de concentração de excedentes por parte dos grupos privilegiados.

A drástica separação entre classe dirigente e classe produtiva teve efeitos também de caráter ideológico, de "imagem". O rei não se preocupava mais em apresentar-se como um bom pai da população e prefere cuidar de uma imagem de tipo heroico, explicitada na força e na habilidade guerreira, no luxo refinado e internacional. A população produtiva, por sua vez, não reconhece mais no rei a figura de protetor dos necessitados, de salvaguarda da justiça e da equidade. Não pode rebelar-se abertamente, nem construir sozinha uma organização alternativa, por não ter os meios e a consciência necessários. A única reação possível é fugir, diante de dificuldades insuportáveis, buscando fora condições de sobrevivência. As numerosas fugas levam o Estado a organizar uma rede de tratados de extradição com procedimentos de busca, captura e entrega. Nesse momento, as fugas não se voltam para outros Estados palacianos, mas para regiões fora do controle palaciano. Os espaços de estepes ou de montanhas cobertas de bosques tornam-se o lugar preferido para os fugitivos.

Esses espaços não estão "vazios", são ambientes frequentados por grupos transumantes de pastores, que os palácios consideram como "bandidos" pelo fato de estarem fora de seu controle, assaltarem as caravanas e acolherem os fugitivos. O grupo tribal oferece aos fugitivos um polo alternativo, um modelo não palaciano de organização sociopolítica, impossível de ser encontrado nas aldeias em via de desagregação. A solidariedade com o palácio, que está comprometida, pode tornar-se até mesmo uma solidariedade contra o palácio. Para os fugitivos, individualmente ou em pequenos grupos, essa nova solidariedade envolve um deslocamento físico, uma vida clandestina, mas quando aldeias inteiras rompem com o palácio passando à solidariedade tribal, "tornam-se *habiru*" sem precisar sair de onde estão. Desvencilham-se do excessivo peso fiscal e político mudando o polo de atração, de solidariedade e de obediência, e deixando o Estado palaciano sem recursos materiais e humanos.

2. AS MIGRAÇÕES DOS POVOS

Quando os processos internos de deterioração socioeconômica e política tinham atingido níveis preocupantes, o Oriente Próximo foi invadido por uma onda de migrações de origem externa. Se compararmos a evolução que a crise teve nas regiões ocidentais (afetadas pela onda externa) com o que ocorreu na área mesopotâmica (não atingida pela ação dos invasores) é possível avaliar o peso dessa ação externa. Na Mesopotâmia, a crise demográfica e econômica prolonga-se por séculos, e o sistema político e cultural mantém suas características tradicionais, enquanto nas regiões ocidentais (Anatolia, Chipre, Síria e Palestina) acontecem mudanças radicais de cunho tecnológico, ideológico e social, criando-se espaço para novas realidades étnicas, políticas e linguísticas. É provável que o movimento migratório que afetou o Oriente Próximo, no século XII, tenha sua origem na península balcânica, uma região que não tinha qualquer relação com o Oriente Próximo. Esse movimento, de conotação marítima, passa pelo

Mediterrâneo oriental, que tinha se tornado, há muito, parte das relações políticas e comerciais com as regiões litorâneas do Oriente Próximo e do Egito. A entidade política mais importante era o mundo micênico, dividido em reinos autônomos marcadamente urbanos, mas talvez aglutinados mediante alguma forma de hegemonia. De fato, os hititas conheciam um reino de Akhiyawa (isto é, da Acaia), ultramarino (na Grécia/Pe-loponeso) em torno do qual se movimentam os elementos micênios das costas da Ásia Menor. Essa entidade política pode ser considerada como um "grande reino" dentro do sistema político próximo-oriental. Ela possuía alguns de seus traços organizacionais (como os arquivos em linear B, um simples reflexo da organização administrativa próximo-oriental) e serviu de passagem para as regiões não urbanizadas da Europa e do Mediterrâneo central.

As relações do mundo micênico com as costas do Levante e do Egito eram, sobretudo, comerciais, distanciando-se do que ocorria no Bronze Tardio próximo-oriental. Nesse caso, os aspectos diplomáticos, políticos e "administrativos" do comércio eram muito modestos, prevalecendo uma atividade de fato, desempenhada por mercadores privados (ou que atuam de forma privada em relação aos palácios). Um de seus resultados mais evidentes é a volumosa exportação de cerâmica micênica para a região costeira anatólia, para a Síria-Palestina e até para capitais egípcias. O comércio acontecia geralmente de forma pacífica, e envolvia várias frotas (a ou as frotas micênicas, as sírio-palestinas, a cipriota e a egípcia). No entanto, havia grupos de piratas que atacavam as embarcações em trânsito e os centros costeiros, com táticas semelhantes às utilizadas por certos grupos nômades contra o comércio em terra firme. A fronteira entre pirataria e atividades bélicas organizadas, entre isenção dos palácios e sua cumplicidade, nem sempre é clara. Já nos séculos XV (Madduwatta) e XIV (el-Amarna) existem notícias de semelhante cumplicidade, e a área envolvida é, sobretudo, a costa meridional da Anatólia (da Lícia à Cilícia) que conseguia evitar o controle hitita devido às suas condições geográficas (com os montes do Tauro junto ao mar) e que continuará sendo uma terra de piratas até o período clássico.

Na segunda metade do século XIII, há mais indícios de agitação no Mediterrâneo oriental. O episódio mais importante é o envolvimento de populações mediterrâneas na incursão dos líbios contra o Egito que é rechaçada pelo faraó Merenptah em torno de 1230. Dessa "coalisão" faziam parte os eqwesh (aqueus), os lukka (lícios), e três típicos "povos do mar": teresh, shekelesh e sherdana. Apenas o último já era conhecido (desde o período amarniano) como grupo de mercenários que agiam no Egito e na Síria-Palestina. O episódio de Merenptah tem traços em comum com a posterior invasão dos "povos do mar", mas, por enquanto, enquadra-se mais na expansão micênica (Eqwesh) e na atividade mercenária de grupos de especialistas (sherdana) ou de piratas (lukka) do Mediterrâneo oriental.

Um segundo episódio interessante é a conquista hitita de Alashiya (Chipre), alardeada por Shuppiluliuma II em torno de 1200. Alashiya tinha um papel e um *status* especial no âmbito do sistema regional do Bronze Tardio. Era considerada um parceiro

comercial importante, pois abastecia toda a região com cobre (o rei de Alashiya chamava o faraó de "irmão"). Por ser uma ilha, tinha permanecido sempre independente, e tinha sido "usada" apenas pelos hititas ou por Ugarit como espaço para exilar personagens políticos. A decisão de Shuppiluliuma II de conquistar Alashiya devia refletir as novas condições políticas da ilha, talvez interessada nos fluxos de imigrantes micênios, tornando-se assim uma potência que incomodava o império hitita, em particular por representar uma ameaça para as rotas marítimas entre a Cilícia e a Síria.

Um terceiro indício, que provém da arqueologia, é a presença de elementos típicos da cultura "filisteia" na Palestina (sarcófagos antropoides de argila) que precede o episódio (bem datado) da invasão. Portanto, parece que grupos de filisteus ou de outros povos aparentados entre si, como ocorrera com os sherdana no século anterior, atuaram como mercenários a serviço do Egito raméssida, sobretudo para controlar as possessões sírio-palestinas, formando núcleos consistentes que deixam seus vestígios arqueológicos.

A invasão, portanto, não foi totalmente inesperada, mas surgiu de repente no início do século XII, gerando pânico nos palácios do Oriente Próximo, que buscaram freneticamente formas de defesa adequadas e reações à altura. Sobre a invasão temos dois blocos de documentos: as inscrições e os relevos utilizados na celebração da vitória de Ramsés III (8º ano = 1190) sobre os invasores, dando-nos detalhes sobre sua composição e sobre o desenrolar dos acontecimentos; e um grupo de cartas da Ugarit que refletem os angustiosos preparativos para resistir ao ataque. Os textos de Ramsés III, conhecidos há mais tempo e com uma narração mais detalhada sobre o episódio, constituem uma importante base para a reconstrução histórica da invasão. Porém, as cartas de Ugarit fornecem uma visão mais realista, sem as distorções comemorativas que limitam a credibilidade das inscrições do faraó.

Encontramos nas cartas de Ugarit os primeiros indícios dos invasores, descritos como um modesto grupo de embarcações que provocavam destruições nas costas sírias. Ugarit e Alashiya trocaram informações e conselhos, provavelmente devido ao fato de ambos dependerem dos hititas, seus principais fornecedores de embarcações. Os apelos do rei hitita para que houvesse uma reunião de forças contra o inimigo comum foram atendidos por Ugarit, que enviou barcos e tropas em apoio ao grande rei. A defesa contra os invasores foi organizada o mais a oeste possível, no país de Lukka, justamente na saída do Egeu, com a evidente intenção de proteger todos os territórios hititas. No entanto, seja porque os choques foram desfavoráveis à armada imperial, ou porque os invasores conseguiram se infiltrar e contornar as linhas defensivas, o fato é que os invasores avançaram até as regiões costeiras da Cilícia, de Chipre, de Ugarit e de Amurru por não terem defesas adequadas, nem barcos da guerra, nem tropas. A esta altura, a única possibilidade de salvação era proteger-se nas cidades amuralhadas, e aguardar a passagem dos invasores. Porém, tanto Ugarit como outras cidades foram destruídas pelos invasores, que evidentemente conseguiram destruir suas fortificações.

As informações das cartas de Ugarit, escritas, por assim dizer, "no dia anterior", divergem das cartas de Ramsés III, escritas após o esgotamento das forças invasoras.

Segundo o faraó, uma “confederação” de povos mediterrâneos (filisteus, zeker, shekelesh, danuna e weshesh), após terem invadido e destruído um após o outro todos os territórios do império hitita (Hatti, Qode, ou seja, a Cilícia, Arzawa, ou seja, a Anatólia sul-ocidental, Alashiya/Chipre, e Karkemish, isto é, a Síria setentrional) tinham se detido na costa de Amurru e ameaçado invadir o próprio Egito. Os invasores são descritos em detalhe com seus típicos adornos de plumas (filisteus) ou de chifres (sherdana), com suas típicas armas (espadas longas, pequenos escudos redondos), e também sobre carros puxados por bois, acompanhados de seus utensílios e familiares: uma concomitante invasão em massa pela costa e pelo mar. Os egípcios teriam enfrentado os invasores em uma batalha naval, impedindo seu desembarque ou destruindo-os completamente. Muitos elementos da celebração egípcia podem ser considerados mais como recursos literários que como reflexo dos fatos: assim, os conceitos de “coalisão” e de “complô” são típicos das narrações egípcias. Nesse caso, o episódio da batalha indicado como o auge do confronto com o inimigo é, evidentemente, fictício (pois falta uma localização e um desenvolvimento pontual dos fatos). É provável que Ramsés III quisesse sintetizar em um único e marcante episódio uma série de lutas (muito menos “heroicas”) entre pequenos núcleos de invasores, por mar e por terra, contra as defesas egípcias na Síria, na Palestina e no Delta – um quadro não muito diverso do que é apresentado nas cartas de Ugarit, ainda mais porque, ao atingir a Palestina e o Delta, a invasão já devia ter perdido muito de sua força e de seus próprios componentes. A invasão ocorreu, certamente, e de forma muito compacta e repentina, o que explica o pânico que se depreende das cartas ugaríticas e o sentido de alívio que aparece nas inscrições comemorativas de Ramsés III. No entanto, os fatos não devem ter tido a dimensão apresentada pelo faraó que quer destacar seu papel (heroico e tranquilizador) de baluarte único no enfrentamento dos invasores.

A contraposição explícita que Ramsés III apresenta entre um império hitita que sucumbiu diante da invasão e um império egípcio que conseguiu impedi-la, é parcialmente verdadeira. O Egito permaneceu incólume, mas as possessões sírio-palestinas foram perdidas, e é na Palestina que se instala o grupo de invasores mais numeroso: os filisteus. Mais tarde, veremos os filisteus ocuparem uma “pentápole” (Gaza, Ashdod, Ascalon, Gat e Akkaron) que coincide com o território costeiro que vai da fronteira com o Egito até à altura de Jerusalém. Mais ao norte em direção ao Carmelo se instalaram os zeker. As informações textuais são complementadas pelos dados arqueológicos relativos às destruições de centros costeiros e ao surgimento da cerâmica “submicênica” análoga à filisteia. Algumas regiões sofreram destruições mais violentas (cidades como Ugarit e Alalakh desapareceram para sempre), outras receberam grupos de imigrantes (Chipre, Cilícia, Amuq), outras foram protegidas (costa libanesa de Biblos ao Carmelo).

O número dos invasores não devia ser muito alto, sobretudo os que chegaram pelo mar. Com o tempo, todos os imigrantes foram integrados (do ponto de vista étnico-linguístico) pela população preexistente. Porém, no momento da invasão, sua força militar, sua coesão social e sua determinação permitiram que desbancassem cidades

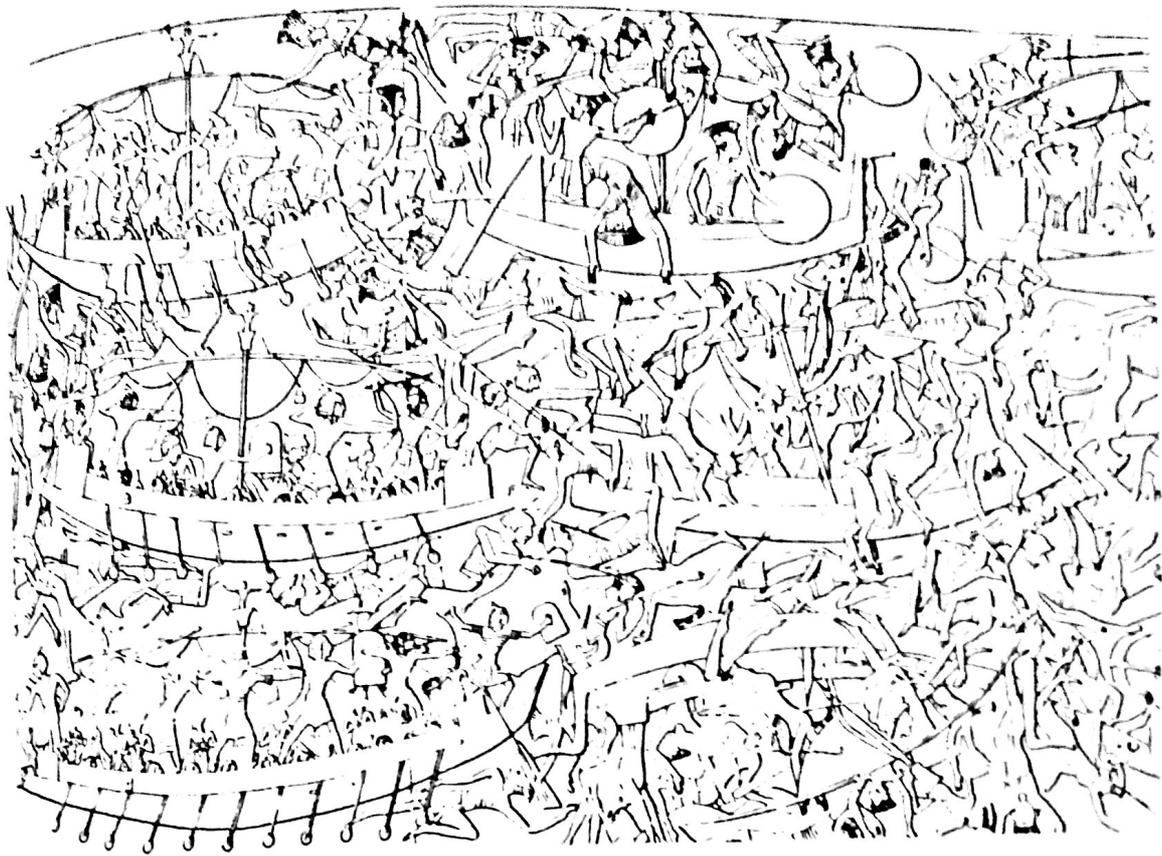


Figura 114. A batalha naval entre Ramsés III e os "povos do mar" (relevo do templo de Medinet Habu).

amuralhadas, que fortalecessem sua posição e que influenciassem a cultura material das regiões envolvidas. O papel do Egito parece ambíguo: o uso dos "povos do mar" como mercenários precede e depois acompanha o drástico episódio da invasão, e é possível que os faraós tenham permitido que os filisteus se estabelecessem na Palestina substituindo suas próprias guarnições, cedendo-lhes a administração de territórios que o Egito não tinha mais condições de assumir sozinho, uma administração muito bem aproveitada pelos filisteus.

Refazendo o caminho contrário dos invasores, as causas de sua irrupção no Mediterrâneo oriental devem ser buscadas em algum processo ou vazio na região balcânica (e europeia em geral), sem que possamos precisá-los, mas de qualquer maneira não diz respeito à presente discussão. A penetração dos filisteus e dos grupos associados na Palestina e no Delta não foi a única nem a mais efetiva. Limitando-nos aos aspectos migratórios e étnicos, é preciso pelo menos lembrar que a decadência do mundo micênico associa-se à chegada de novos grupos à Grécia: a "migração dórica", em que pesem todas as modificações efetuadas pela recente historiografia, ainda permanece um acontecimento relevante, e concomitante e na mesma linha dos deslocamentos acontecidos no Levante.

Na Anatólia, a grande coincidência cronológica entre a queda do império hitita e o de Ugarit impede uma distinção de causas e de modalidades entre elas. Os acontecimentos militares já acenados (frente na Anatólia ocidental contra os invasores) foram

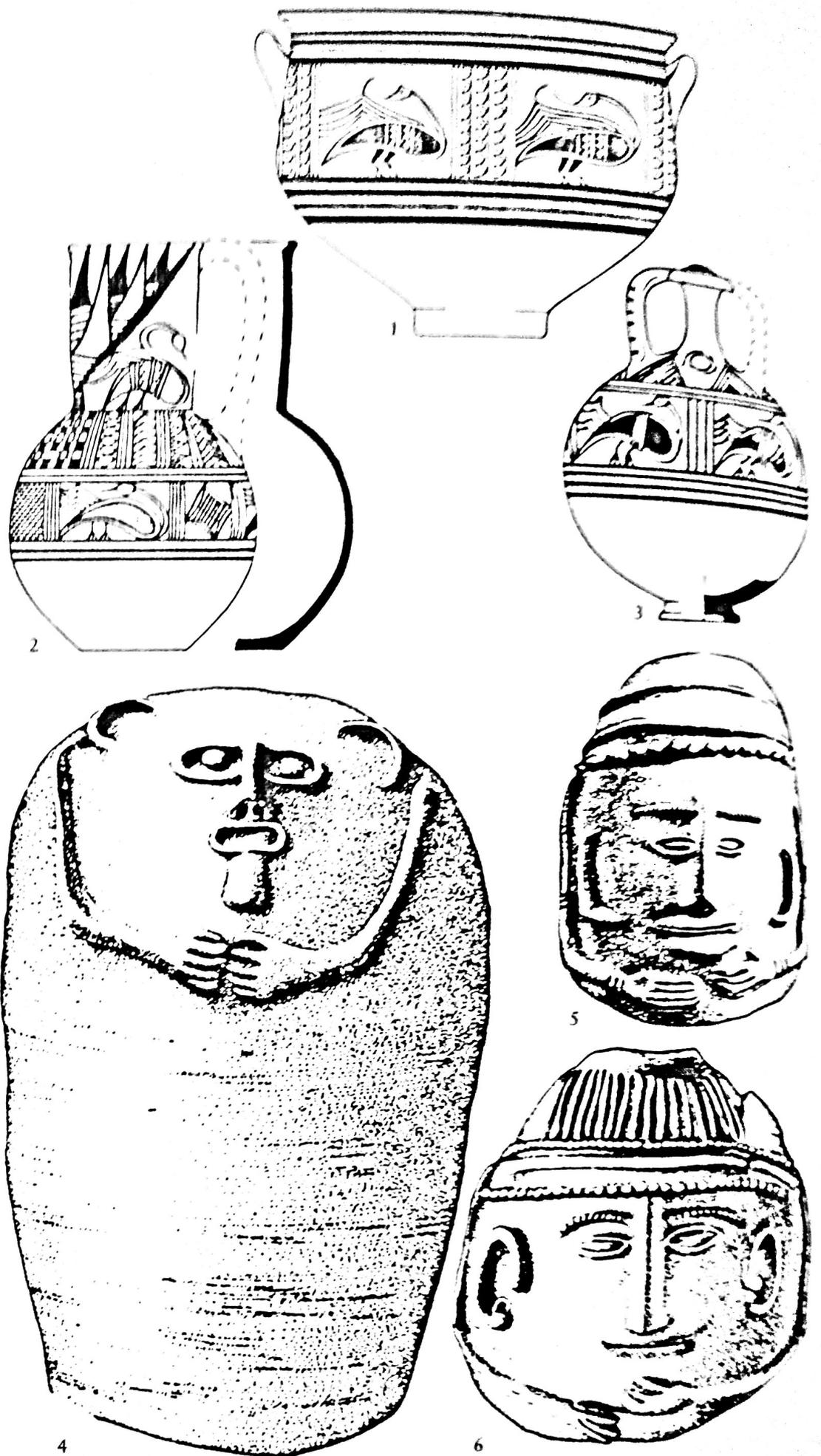


Figura 115. Cultura filisteia. 1-3: a cerâmica; 4-6: os sarcófagos antropoides.

— Crise e Reestruturação —

desfavoráveis para Hatti, provocando a desintegração do império. No entanto, os “povos do mar” sozinhos não bastam para explicar a queda do império e a destruição (ou o repentino abandono) de sua capital, Hattusa, que foi o episódio decisivo do ponto de vista político. Prospectam-se dois cenários, que também levam em conta o mapa etno-linguístico anatólico dos séculos posteriores, com o deslocamento dos centros neo-hititas para o sudeste, e com a instalação dos frígios no planalto central. O primeiro cenário é que junto com os invasores marítimos, outros chegaram (os frígios) por terra, penetrando na Anatólia a partir de Trôade e se estendendo até o centro e o norte da península. Estes teriam destruído Hattusa aproveitando-se da ação militar dos hititas no *front* costeiro. O segundo cenário é que a ação do exército hitita contra os invasores tenha desguarnecido a defesa da capital contra os antigos inimigos internos, os kashkas, que se mantinham nas proximidades de Hattusa. Os frígios teriam penetrado na Anatólia só mais tarde, aproveitando-se do vazio político que se somava ao vazio demográfico cada vez mais acentuados. Os dois cenários não são muito distintos, e envolvem um equilíbrio entre os fatores internos de crise (esvaziamento demográfico e produtivo) e o impacto da passagem destruidora dos “povos do mar” pelas províncias meridionais do império. No entanto, serão os frígios a ocupar o vazio criado, contribuindo para o enriquecimento da composição etnolinguística da Anatólia, com elementos de continuidade e elementos surgidos mais recentemente.

3. A QUEDA DO SISTEMA REGIONAL

Até o momento da invasão, o sistema regional do Bronze Tardio, com seus níveis de agregação (pequenos e grandes reinos) e com a rede de relações verticais e horizontais, tinha se mantido em pé, apesar das dificuldades e dos ajustes. A passagem dos “povos do mar” e outros movimentos migratórios pelo interior destruiu sobretudo as cidades palacianas, centros cruciais desse sistema. Dado que muitas vezes as destruições não foram acompanhadas de reconstruções, criando-se um amplo vazio de poder, todo o sistema de relações inter-regionais desmoronou e não se reergueu mais e só bem mais tarde foi possível organizar um sistema distinto.

A destruição de muitos palácios ao mesmo tempo provocou a suspensão das relações diplomáticas, dos intercâmbios epistolares e das relações políticas formais. Falavam os interlocutores (os reis instalados nos palácios) e seus instrumentos (escribas, mensageiros, centros administrativos). Cessaram também as relações tributárias que vinculavam os pequenos reis aos grandes reis, uma vez que ambos tinham desaparecido ou não estavam mais em condições de pagar ou exigir tributos. Interrompeu-se o comércio palaciano, que precisava dos entrepostos apoiados fisicamente pelos palácios, e juridicamente pelo sistema de dotações, garantias, proteções e apresentações. A destruição dos palácios afetou um sistema muito centralizado nos palácios, e significou a destruição do sistema político e das relações inter-regionais.

Entre os grandes reinos, o desaparecimento mais impressionante é o do império hitita. Para ele contribuiu sobretudo a destruição da capital (qualquer que tenha sido o responsável), mais que a passagem dos "povos do mar", que devastaram os territórios meridionais ao longo da costa mediterrânea. Toda a região precisou adaptar-se a níveis de agregação política mais modestos, e a níveis administrativos elementares (desaparecendo o uso da escrita). Porém, é preciso distinguir entre duas situações diversas dentro da Anatólia. No sudeste (nos territórios dependentes de Tarkhantasha e Karkemish) houve uma notável continuidade com as tradições imperiais, e uma estrutura para reinos com características de comarca que, em linhas gerais, se inspiravam nas "províncias" ou nos reinos vassalos situados no espaço entre a planície de Konya e o Eufrates. Por sua vez, o resto da península, já com poucos habitantes e mais influenciado por grupos de origem balcânica, assumiu um tipo de agregação política fortemente étnica. Houve um claro retrocesso a níveis habitacionais e organizacionais pré-urbanos, e algum tempo deverá ser aguardado para que surjam na Anatólia novos centros urbanos com a nova tipologia do período do Ferro.

Um quadro semelhante e comparativo encontra-se na área egeia: queda dos palácios com suas administrações, retrocesso passageiro a níveis reduzidos de agregação, penetração de novos grupos vindos do norte, lenta reconstituição do tecido político de acordo com as novas orientações. A própria ilha de Chipre, que no Bronze Tardio tinha alcançado a unidade política e tinha se inserido com firmeza na rede das relações comerciais e diplomáticas, passa agora por uma fragmentação em pequenos Estados urbanos, e com a chegada de novos grupos do oeste, depara com os primeiros contrastes étnicos.

O Egito não passa por problemas internos, mas precisa renunciar às possessões asiáticas e redimensionar as relações inter-regionais. Os filisteus assumem o controle da Palestina, mas em toda a faixa sírio-palestina inicia-se uma fase de independência, sem a presença de grandes reis a quem se devesse pagar tributos ou que fossem capazes de intervir militarmente. Mesmo a Assíria, sem grandes problemas do outro lado do Eufrates, não tinha, no momento, força suficiente para ocupar o vazio e realizar o sonho de chegar ao Mediterrâneo acalentado pelos médio-assírios do século XIII quando isto, no entanto, não era possível. O fato é que também as regiões internas, intocadas pelos "povos do mar", foram afetadas por outros movimentos, e passaram por uma fase de fechamento e ajustes antes de retomar os contatos inter-regionais.

Em linhas gerais, a crise do século XII levou a uma clara divisão política do Oriente Próximo. No este do Eufrates, apesar dos problemas das infiltrações nômades, permaneceram os três grandes reinos de dimensão regional (Assíria, Babilônia e Elam), que mantiveram entre si uma relação tripolar, caracterizada por fases pacíficas e por fases beligerantes, e por alianças esporádicas (Babilônia e Elam contra a Assíria, a Babilônia e a Assíria contra o Elam). Tudo isso garantiu um longo período de estabilidade na região. No oeste do Eufrates, o tradicional sistema regional passou por um processo de fragmentação mais rápido, sem hierarquias nem relações entre os Estados, formando-se um novo sistema, que em parte reflete a fragmentação anterior (recorde-se que na

faixa sírio-palestina havia pequenos reis e que a Anatólia mantém uma dimensão local mesmo na fase de unificação imperial). Porém, também adquire novas conotações sob o impacto dos novos grupos étnicos e tribais.

4. AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

A passagem do período do Bronze à do Ferro é marcada por algumas inovações tecnológicas que tiveram importantes consequências na organização territorial, socioeconômica e política do Oriente Próximo. Não se trata tanto de contribuições externas, ligadas aos fluxos migratórios provenientes dos Bálcãs, mas de inovações produzidas internamente, cujos antecedentes se encontram na própria área do Oriente Próximo. A ruptura do século XII desencadeou a difusão de inovações que antes tinham sido bloqueadas pela inércia do sistema vigente. A destruição de muitos centros urbanos, com seus palácios reais, oficinas artesanais, escolas de escribas e centros comerciais estimulou a implementação de elementos culturais e operativos alternativos. Assim, a cultura do período do Ferro foi menos centrada nos palácios reais que a do período do Bronze. Teve uma difusão territorial e social mais ampla, tornando-se mais acessível e menos exclusiva. Além disso, a crise e as inovações tecnológicas afetaram as regiões a este e a oeste do Eufrates de forma distinta, fazendo com que o Oriente Próximo fosse dividido em uma metade oriental mais conservadora e outra metade ocidental mais inovadora.

A inovação que tradicionalmente marca a passagem para uma nova era é a metalurgia do ferro. A hipótese de que o ferro tenha sido trazido do Ocidente, pelos "povos do mar" (que teriam sido vitoriosos devido ao uso de armas de ferro e não de bronze, como ocorria com impérios do Oriente Próximo), ainda é defendida por alguns, mas a difusão, lenta e progressiva, dos objetos de ferro, parece ter avançado do Oriente Próximo para a Europa, seguindo uma direção contrária à dos "povos do mar". É no Oriente Próximo (Mitanni, Kizzuwatna, Síria) que se realizam as primeiras experiências de fabricação do ferro durante o Bronze Tardio. Não se tratava apenas do ferro meteorítico, puro e de fácil manejo, e que já tinha sido usado, de fato, para produzir pequenas joias há muito tempo, mas também do ferro fundido, extraído do minério de ferro e que exigia conhecimentos técnicos e instalações apropriadas. De qualquer forma, enquanto as oficinas de bronze palacianas e o comércio inter-regional para a importação de cobre e estanho se mantiveram em pé, a metalurgia do bronze predominou e os raros exemplares de armas de ferro constituíam objetos de curiosidade e de grande valor.

Com a crise do comércio e das oficinas palacianas, a metalurgia do ferro passou a ocupar o vazio criado. Ela se adaptava melhor à nova situação, por diversos motivos. Os minerais ferrosos abundavam no Oriente Próximo (excluindo a planície), ainda que sem grandes concentrações. Portanto, podiam abastecer um grande número de pequenos centros de produção distribuídos em toda a região, enquanto a metalurgia do bronze requeria um comércio ágil que ligasse as poucas regiões em que havia grandes concen-

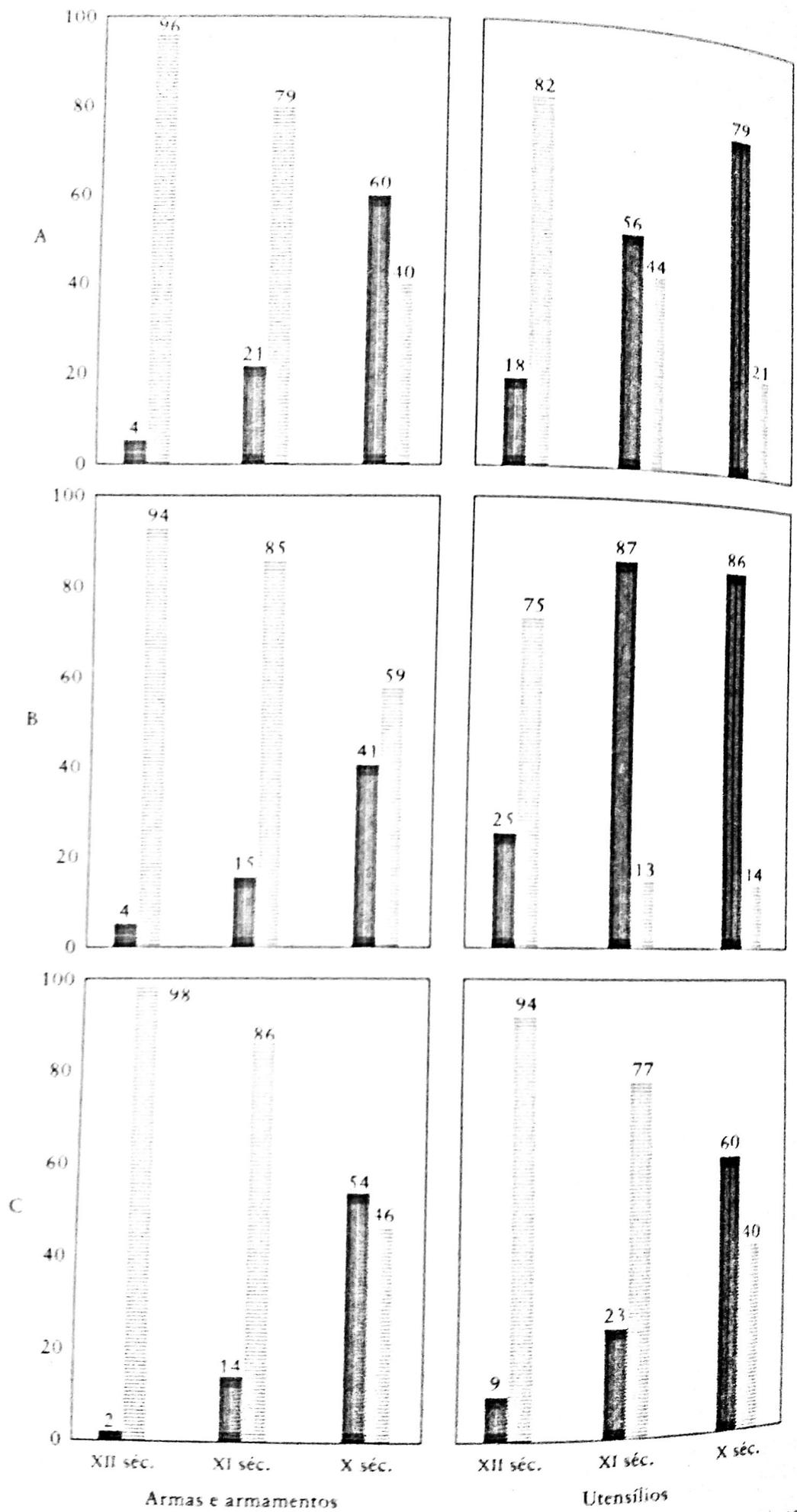


Figura 116. Utilização do bronze e do ferro para a produção de armas e utensílios em Chipre (A), na Síria (B) e na Palestina (C) do século XII ao X.

trações de cobre e de estanho aos centros de produção. A passagem do período do Bronze à do Ferro foi marcada por uma renovada atividade de prospecção mineratória, que envolvia também o cobre e o estanho, localizados em pequenas jazidas em locais ainda não explorados (Sinai, 'Arabah) ou em áreas muito distantes (Mediterrâneo ocidental, como veremos adiante). Essa ampliação da prospecção mineratória deve ter contribuído também para a localização de concentrações mais modestas e mais espalhadas de minerais ferrosos, mas que, uma vez encontradas, são perfeitamente adequadas aos níveis de produção da época. Além disso, as instalações necessárias para a fusão e a fabricação do ferro, uma vez conhecidos os procedimentos técnicos de refino, carburação e têmpera, torna-se mais simples e acessíveis que os utilizados na fabricação do bronze, colocando-se ao alcance de pequenos artesãos das aldeias ou ambulantes. A metalurgia do bronze, todavia, só era desenvolvida nas oficinas palacianas. Assim, pode-se dizer que a metalurgia do ferro, além de fornecer ferramentas e armas muito mais duras que as de bronze, caracteriza-se por uma maior difusão no território e por uma maior acessibilidade. Os grandes monopólios regionais abastecidos pelo eficiente comércio palaciano foram substituídos por uma extração e fabricação mais ampla, caracterizando-se como uma metalurgia mais "autárquica" e mais acessível.

A difusão do alfabeto, apesar de sua especificidade, tem uma trajetória semelhante. Também neste caso se trata de uma "invenção" cujos elementos teóricos e primeiras aplicações datavam do Bronze Tardio sírio-palestino. Porém, a permanência das escolas de escribas e as escolas administrativas palacianas, ligadas à transmissão e ao uso do cuneiforme silábico, tinha impedido a difusão do alfabeto, que por sua simplicidade se prestava a uma aceitação social muito maior que as complicadas escritas ideográfico-silábicas, que exigiam longos (e custosos) anos de estudo. A dificuldade de aprendizagem fazia com que apenas os membros das classes privilegiadas tivessem acesso à escrita, restringindo o ambiente dos escribas, defendido com unhas e dentes devido aos privilégios econômicos e ao prestígio auferidos. A difusão do alfabeto deu-se no momento em que a queda dos palácios provocou a destruição de arquivos e bibliotecas, a dispersão da classe dos escribas, e o desaparecimento do próprio promotor da atividade administrativa, que era o palácio real.

A grande difusão da escrita nos palácios do Bronze Tardio contrasta com a evidente escassez da escrita no primeiro período do Ferro. Os textos alfabéticos que surgiram se situam em ambiente diverso do administrativo, e continuam a ser empregados nos setores marginais que já usavam essa escrita antes da crise: certificados de propriedade em pontas de flechas e de lanças, pequenos *graffiti* (assinaturas e breves inscrições) em cerâmica, e depois em inscrições funerárias e votivas, cujos exemplares reais não diferem muito do uso comum, mais abundante. O uso administrativo só será retomado mais tarde, em inscrições alfabéticas em óstracos. Porém, a novidade do alfabeto é sua possibilidade de difusão não profissional. Um exemplo típico são os *graffiti* inseridos por visitantes em lugares de culto, monumentos e outros lugares, um uso impensável para a cultura cuneiforme dos escribas do Bronze Tardio. A escrita também pode ser dividi-

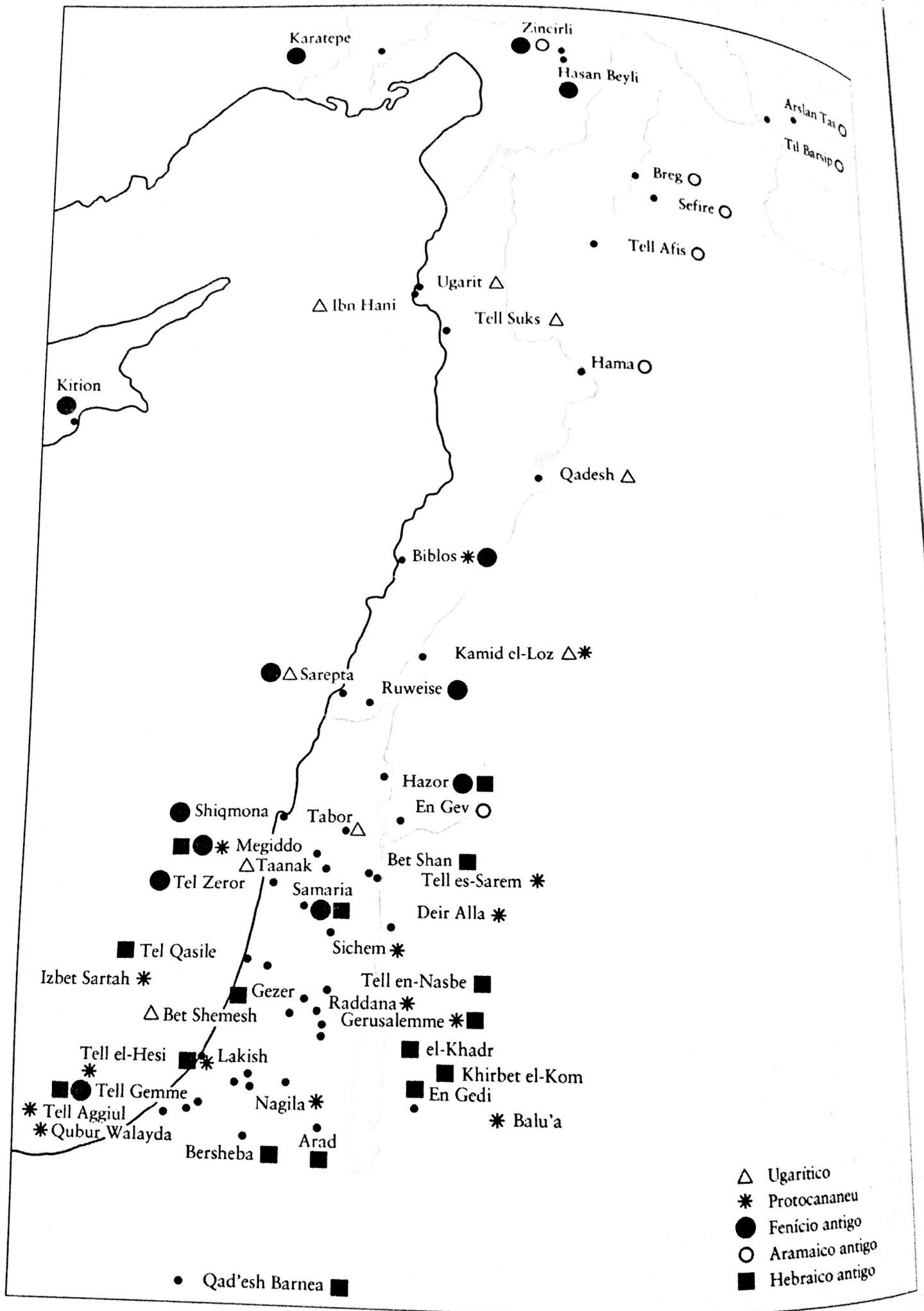


Figura 117. A difusão das primeiras escritas alfabéticas na Síria-Palestina (séculos XIV-VIII).

	Ugarítico XIV séc.	Protos- sinaítico XV séc.	Fenício VIII séc.	Aramaico VIII séc.	Hebraico VII séc.	Sul-arábico V séc.	Norte-arábico (Thamud)
'							
b							
β							
d (g)							
h							
w							
z							
h (b)							
z (z)							
y							
k							
l							
m							
n							
s							
o (g)							
p							
s (d)							
q							
r							
s (s)							
t (t)							

Figura 118. Difusão e evolução do alfabeto no mundo semítico.

da em duas zonas: a Mesopotâmia (e também o Egito) permaneceu ligada aos sistemas tradicionais e complexos, enquanto a escrita alfabética se difundiu na Síria, na Palestina, na Anatólia e no Egeu, ou seja, nas áreas inovadoras – com exceção das inscrições hititas hieroglíficas constituídas ligadas a uma evidente herança do passado, e expressão de tentativa explícita de revitalizar esse passado.

Outras inovações técnicas tiveram importantes consequências na própria distribuição dos assentamentos e na exploração agropastoril da região. Trata-se também, neste caso, de progressos lentos ocorridos no âmbito do Oriente Próximo, que receberam um forte impulso e valorização no período da crise do século XII. Há todo um conjunto de novidades técnicas com impacto territorial que ganha destaque no início do período do Ferro. Um primeiro caso é a construção de terraços em áreas de colinas e encostas de montanhas, que permitiu o cultivo (arboricultura e, sobretudo, olivicultura, associadas à cerealicultura) em regiões que no período do Bronze tinham permanecido cobertas por bosques e pastagens estivas. A construção de terraços passa pelo desmatamento, abrindo clareiras nas montanhas e tornando a utilização desses espaços, antes sazonal, permanente. Igualmente importante é a retomada e o aperfeiçoamento de técnicas de irrigação dos terrenos áridos, particularmente os leitos de uádi, com técnicas de represamento de água por meio de diques transversais e sistemas de canais, que se difundiu, sobretudo, na “fronteira” sudoeste (Arábia setentrional, Transjordânia, Neguev e Sinai). No ambiente iraniano-armênio do norte, por sua vez, surgiu um novo método de irrigação, os dos *qanat* subterrâneos, que levam água para lugares distantes evitando a evaporação. Essas técnicas de tratamento hídrico em regiões semiáridas e montanhosas são herdeiras das primeiras e milenares técnicas hidráulicas que tinham sido utilizadas em regiões aluvionais, produzindo uma grande ampliação da região agrícola.

A escavação de poços mais profundos também foi facilitada por ferramentas de ferro. Essa atividade pode ter sido incentivada por dificuldades climáticas de curta duração, mas acabou ampliando os espaços de pastagens em regiões semiáridas. A documentação epigráfica não registra a anônima obra de escavação de poços por tribos de pastores, mas as realizadas pelos reis, e é significativo que durante a passagem do Bronze Tardio ao período do Ferro se escavem tantos poços tanto no Egito como na Assíria. Um problema relacionado é o de impermeabilizar os poços de forma mais eficiente do que ocorria no período do Bronze, a fim de garantir às cidades e às fortalezas reservas de água pluvial invernal para utilização durante todo o ano. Escavação de poços, técnicas de impermeabilização, sistemas de abastecimento hídrico das cidades constituem um conjunto de elementos que poderá ser mais bem esclarecido pela arqueologia, mas pode-se afirmar que no final do segundo milênio houve importantes progressos nessa direção.

Enfim, há a introdução em larga escala do camelo e do dromedário domesticados. Ambos já eram velhos conhecidos, e esporadicamente utilizados também durante o período do Bronze, mas em níveis historicamente irrelevantes. A área de difusão do camelo corresponde às altas terras iranianas (e centro-asiáticas), e a do dromedário ao deserto sírio-arábico, de tal forma que ambos se encontravam muito próximos do

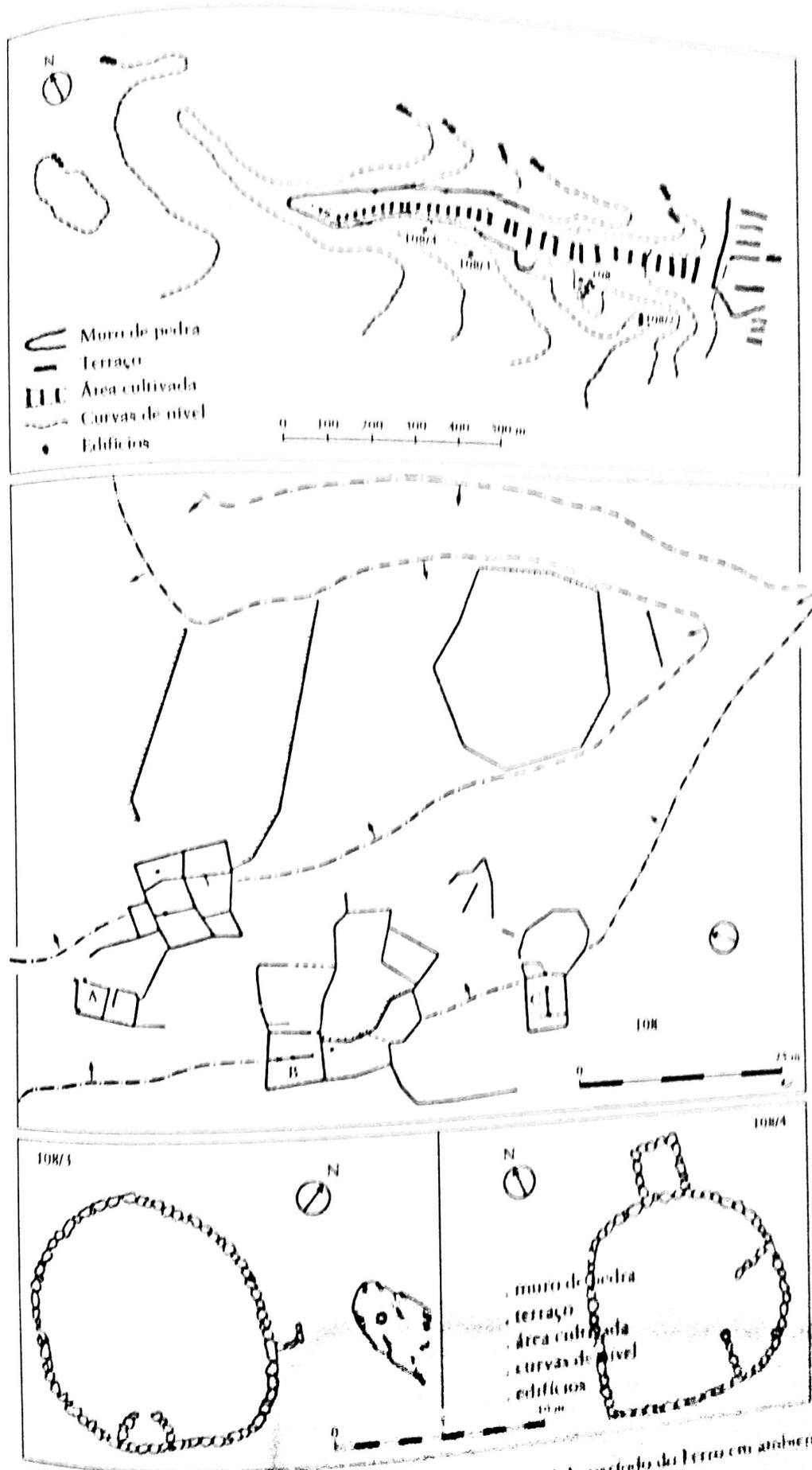


Figura 119. Ramat Matred no Negev: unidade produtiva agropastoril do período do ferro em ambiente árido. No alto: planta geral. No centro: assentamento. Em baixo: apênxo.

“Crescente Fértil”, mas fora da área mais urbanizada. Sua domesticação abriu novas possibilidades para o transporte de homens e mercadorias em ambiente desértico e pré-desértico, dado que esses animais podem passar vários dias sem beber, enquanto burros, caprinos e ovinos precisam beber a cada dois dias. Assim, torna-se possível conectar oásis distantes por meio de uma rede de caravanas, e que antes permaneciam isolados dos fluxos comerciais (realizados apenas em áreas cultiváveis). Agora os oásis se tornam lugares de descanso e de abastecimento de água, e centros de cultivo intensivo de hortaliças e tamareiras. Além disso, a carga levada por um camelo é superior à dos burros que constituíam o único meio de transporte do período do Bronze. Além das rotas de caravanas da península arábica, sobretudo a que ligava o interior da Síria ao Higiáz e ao Iêmen, também havia as rotas que atravessavam o deserto interno do Irã, revitalizando o comércio também naquela região. Para completar o quadro, é preciso lembrar que, no final do período do Bronze, iniciou-se a utilização do cavalo montado (e não apenas dos atrelados aos carros) para o transporte rápido de mensageiros. Este uso se generalizou no período do Ferro dando origem a uma nova especialização e técnica de combate, substituindo o uso do carro de guerra. E é preciso lembrar também que o camelo (e sobretudo o dromedário) torna-se um instrumento precioso para o combate, não tanto para atacar formações de infantaria, mas como meio de incursão e de fuga rápida.

Os efeitos dessas inovações sobre a organização territorial foram importantes. Por um lado, as regiões de colinas e montanhas que até então tinham permanecido à margem dos acontecimentos históricos importantes se incorporam ao assentamento estável, com aldeias e pequenas cidades. De outro lado, volta a ser ocupado, com assentamentos agrícolas estáveis, grande parte dos planaltos internos que já tinha sido habitada durante o Bronze Antigo e que foi abandonada progressivamente. Enfim, ao território ampliado de assentamento estável soma-se outra faixa marginal constituída pelas regiões frequentadas pelas caravanas. No conjunto, a distribuição dos assentamentos do Bronze Tardio, com zonas de concentrações restritas e extensos espaços vazios, transforma-se em uma ocupação espalhada por todo o território, ainda que com diferentes níveis de intensidade.

Dentro dessa ocupação extensiva do território, as unidades habitacionais deviam ser de menor tamanho. Nas regiões ocidentais, onde se difunde o novo modelo, já não há grandes cidades com dezenas de milhares de habitantes, como as que tinham sido o núcleo central dos sistemas de assentamento durante todo o período do Bronze. As cidades do primeiro período do Ferro identificam-se mais com cidadelas fortificadas, mas com uma pequena população e com edifícios públicos de modestas dimensões. A proporção de população “urbana” reduz-se muito; as aldeias adquirem uma nova importância e fortalecem suas defesas e suas estruturas, de tal forma que a clara diferença entre cidades e aldeias, próprio do período do Bronze, torna-se menos acentuada.

Quanto aos sistemas de exploração territorial, a maior inovação é o surgimento do nomadismo “pleno” dos criadores de camelos, que se soma ao nomadismo “fechado” (ou seminomadismo) dos pastores transumantes de caprinos e ovinos. Os dois ti-

pos são bem distintos como mecanismo econômico, áreas de difusão e relação com as cidades. Já conhecemos o sistema econômico dos seminômades: pastoreio transumante de cabras e ovelhas que se combina, no espaço e no tempo, com a agricultura em uma estrutura social e habitacional de "dupla morfologia". Os seminômades não são protagonistas do comércio, aliás, chegam até mesmo a impedi-lo com suas incursões. Eles se envolvem em atividades bélicas, sobretudo como tropas auxiliares recrutadas pelos Estados urbanos. Mantêm uma relação conflituosa com as cidades, mas dependem fundamentalmente delas. Os novos nômades "plenos", por sua vez, dedicam-se à criação de camelos, integrada à agricultura intensiva e irrigada dos oásis, e desenvolvem atividades comerciais e bélicas por conta própria. O uso do camelo e o controle das rotas de caravanas permite às tribos nômades uma atuação privilegiada no comércio inter-regional, que eles fortalecem sem colocar qualquer obstáculo. O fato de dispor de montarias rápidas e de grande autonomia permite-lhe dedicar-se a uma lucrativa atividade bélica de pilhagens e de rápidas incursões nas terras dos sedentários, e relacionar-se com os Estados urbanos em maior pé de igualdade.

As áreas são também diferentes: a área da transumância permanece em estreito contato com as áreas agrícolas, ou mesclada com elas, de modo que entre pastores e agricultores se estabelece uma relação linguística, étnica e política muito estreita. A área do grande nomadismo, a seu turno, continua sendo externa, constitui um complemento do período do Ferro ao território de relevância histórica, e também um elemento que põe em contato regiões até então isoladas. Um caso típico é o do Iêmen, que devido às suas condições climáticas é capaz de manter uma cultura agrícola e urbana considerável, mas que tinha permanecido isolada das grandes rotas comerciais. Seus produtos (ouro, incenso e mirra) passavam pelo Egito antes de chegar ao Oriente Próximo. Com a chegada do período do Ferro, o Iêmen pode inserir-se nos grandes circuitos comerciais e nas relações políticas, e o mesmo pode ser dito para a faixa intermediária do Higiáz. Um caso semelhante é o das terras situadas do outro lado dos desertos centro-iranianos, no norte (Turquemênia) e no este (vale do Indo). Depois da interrupção das florescentes relações no terceiro milênio, essas regiões tinham passado por uma fase de progressivo isolamento provocado em parte pelos deslocamentos de populações e pelo declínio das grandes civilizações urbanas locais. Com o período do Ferro, criam-se novamente condições para uma maior integração, primeiramente comercial e depois também política, entre as várias culturas e cidades estatais da Ásia sul-ocidental.

Algo semelhante acontece com as comunicações marítimas, mas a documentação a respeito não é clara. Parece que no Mediterrâneo a adoção de técnicas de navegação mais avançadas (relação velame/quilha/leme) permitiu uma navegação mais arriscada em relação à cabotagem costeira do período do Bronze. O fim dos bloqueios regionais e a busca dos metais contribuíram para o fortalecimento da navegação grega e fenícia no Mediterrâneo ocidental, desde o início do primeiro milênio. Algo parecido pode ser acontecido também no oceano Índico, anda que em um regime de ventos totalmente diverso (monções). Nesse caso, também não sabemos se a cabotagem sazonal, que desde

o terceiro milênio unia Dilmun, Magan e Melukhka à Suméria, tinha sido substituída no início do período do Ferro por um sistema mais complexo e mais vasto para ligar o Golfo Pérsico e as costas iranianas e indianas com o Iêmen e com a África oriental, fechando assim o círculo em torno da Península Arábica e interconectando-se com as redes de comércio terrestre egípcia, iemenita e transjordânica. Tem-se uma impressão bem clara de que o início do período do Ferro significou uma ampliação dos horizontes e do comércio em todas as direções, como nunca tinha ocorrido em outras florescentes épocas proto-históricas.

5. O FATOR GENTÍLICO E O ESTADO "NACIONAL"

A crise dos palácios e das cidades e as novas disponibilidades técnicas para os territórios semiáridos significaram um aumento do peso político do elemento nômade. Isso é válido tanto para os "novos" nômades cameleiros, que ocupam espaços antes inutilizados e que constituem, portanto, um novo elemento, como para os antigos grupos transumantes, que ganham um destaque e um peso em relação à sua marginalização durante o Bronze Tardio. A tribo pastoril torna-se foco de atração e de coesão político alternativo em relação ao odioso palácio real, que em vários casos acaba desaparecendo. As aldeias acabam ficando sob a influência do grupo pastoril e não mais das cidades, em um processo com poucos reflexos físicos e impactos nas atividades de assentamentos, dado que o grupo pastoril sempre manteve bases sazonais nas terras agrícolas e uma estreita relação com os camponeses. Porém, com o fim da subordinação ao palácio real, que era de natureza principalmente fiscal, dos dois elementos residuais o grupo pastoril é o que representa o modelo alternativo de agregação, passando a ser integrado pelas aldeias. A aldeia, que tinha passado pelas fases de comunidade autossuficiente, de comunidade dependente do palácio e de unidade administrativa, converte-se em um clã ou subgrupo da tribo, inserindo-se na estrutura tribal como célula de natureza gentílica.

O que houve não foi tanto uma "sedentarização" de nômades, ou uma "tomada de poder" por parte das tribos, mas uma reordenação das relações sociopolíticas de acordo com um novo código. Do código administrativo próprio do Estado palaciano do período do Bronze, passa-se ao código do parentesco próprio de um novo tipo de formação estatal que se difunde com o período do Ferro, e que desemboca no Estado "nacional". É verdade que essa visão se fundamenta principalmente nos dados bíblicos, que são posteriores, porém, as raras documentações contemporâneas que chegaram até nós confirmam suas linhas gerais. Os membros do Estado se reconhecem como tais na medida em que se consideram todos descendentes de um único antepassado epônimo. A "carta de fundação" do Estado gentílico é a genealogia, que relaciona o patriarca mítico com os membros atuais da tribo, de acordo com relações de filiação e de casamento cujo significado preciso se encontra no código genealógico: primogenituras, adoções, casamentos, e todas as formas de parentesco que significam vários modos e

graus de integração sociopolítica. Para integrar as aldeias como clã da tribo, o nome da aldeia refere-se a um epônimo intermediário (filho do epônimo tribal, descendente do epônimo confederado, antepassado dos epônimos familiares) e sua colocação depende das relações de descendência e de irmandade com os outros grupos. As cidades tribais e a cidade chegam a acordos pacíficos ou a relações conflituais que resultam na situação atual. Mas, em geral, há um uso frequente da "etiologia" como carta de fundação para todos os elementos da realidade política: fronteiras com as comunidades vizinhas, relações de aliança ou de rivalidade, estatuto especial de certos grupos ou de certas localidades, reconhecimento do caráter comum de certos cultos, proibições e normas e importância de certos lugares. Tudo isto se encontra em histórias que explicam a origem dos costumes ou as particularidades topográficas dos lugares em que elas são utilizadas ou que as simbolizam.

A essa reestruturação em chave gentílica do sistema político em regiões de antigos assentamentos soma-se a ocupação (ou reocupação) de novos territórios, onde as novas estruturas políticas se estabelecem no vazio. Esse processo começa já no século XIII e se desenvolve nos séculos posteriores. Na Palestina, os protagonistas dessa ampliação e reestruturação territorial são vários povos com línguas aparentadas e ligadas com os habitantes anteriores do Bronze Tardio ("cananeus"), que agora se dividem em grupos "nacionais". Mais ao norte, processos semelhantes levaram à formação dos Estados arameus, com a expansão para o leste do território ocupado e uma reestruturação do antigo território agrícola, tornado mais compacto pela colonização das colinas.

Os nomes dos novos Estados "nacionais" dos cananeus no sul e dos arameus no norte já indicam sua estrutura gentílica: apresentam-se como "casa de" mais o nome do epônimo, enquanto os membros da formação estatal são denominados como os "filhos de" seguido do mesmo epônimo. Outras vezes, a formação estatal era denominada por um nome geográfico (de montanha ou de região), mas sempre fica clara a diferença em relação à denominação dos Estados do Bronze Tardio, que era o nome da capital. Este passa agora para um segundo plano, dado que a sede do poder já não é mais um palácio, e sim uma estirpe ou uma "casa".

Esse processo de passagem da cidade-estado para o Estado gentílico é atestado principalmente ao longo da faixa sírio-palestina. Em outras regiões, os processos são similares, mas com modalidades e origens diversas. Uma primeira variante diz respeito à região ao leste do Eufrates, onde continuam presentes os grandes Estados regionais (Assíria e Babilônia). Em seu território há uma infiltração de grupos tribais de origem aramaica, que em parte já teriam frequentado outras regiões (Médio Eufrates, planície do Khabur), como os sútios e akhlamu, mas que agora avançaram, chegando a ocupar amplos espaços da Baixa Mesopotâmia. A relação entre estes grupos tribais emergentes e os grandes Estados da Assíria e da Babilônia não podia seguir a mesma trajetória ocorrida no oeste em relação aos pequenos Estados sírio-palestinos. No leste, as tribos

permanecem como corpos estranhos à grande formação estatal, que, ao não poder assimilá-los à sua estrutura administrativa, procura marginalizá-los, continuando a considerá-los como um elemento estranho e hostil. Portanto, a "sedentarização" dos arameus orientais é muito mais difícil e parcial que a dos ocidentais, e acaba não acontecendo sua mudança de tribo para Estado.

Uma segunda variante é identificada na margem externa do Crescente Fértil, ao longo da cordilheira dos Zagros e do planalto armênio. Aqui ainda não há (em fins do segundo milênio) uma movimentação expressiva de população, mas os povos montanhosos começam a se organizar em formas estatais mais estáveis. Isto se dá também em reação às agressões imperiais da Assíria, do Elam e da Babilônia, mas assume uma modalidade típica do período do Ferro, com a formação de entidades "nacionais" de base étnica, que tomam o nome de um povo ou de uma região, e que embasam sua solidariedade interna em laços de sangue, de língua e de religião. Apesar de a documentação relativa às regiões montanhosas ser menos expressiva que a dos planaltos semiáridos, parece que os dois processos são paralelos, e desembocam na constituição de entidades estatais de base tribal e na superação da marginalização que haviam sofrido durante o período do Bronze.

Uma terceira variante é a organização política dos povos recém-chegados na área do Oriente Próximo. Sua natureza de alógenos em relação à população preexistente destaca os caracteres "nacionais" de língua, religião e origem como fatores determinantes para a pertença à entidade política. Um exemplo é o dos filisteus, que apesar de terem características de Estados urbanos, de modelo cananeu, continuam se identificando como povo, e como povo estrangeiro, recém-chegado, e que fala outra língua. Algo semelhante pode ter acontecido na Anatólia com a chegada dos frígios. Porém, é preciso fazer duas observações: a primeira é que a documentação disponível sobre a estrutura política dos frígios não é imediatamente posterior à crise do século XII, mas aparece mais tarde.

A segunda observação é que a área ocupada pelos frígios é muito mais extensa e espalhada (aproximadamente, todo o centro e noroeste da Anatólia), de modo que sua relação com os habitantes anteriores não foi muito simples nem unívoca, resultando em diferentes formas e graus de assimilação. O fato é que, também na Anatólia, após a crise final do período do Bronze, desaparecem os Estados urbanos, e surgem entidades políticas "nacionais", definidas com nomes de povos: frígios, lídios, cários, lícios e vários outros. Na tentativa de distinguir entre o velho e o novo, pelo menos em nível etnolinguístico, geralmente se recorre a uma análise dos restos linguísticos do primeiro milênio, situando os frígios no novo nível linguístico, e reconhecendo entre os lícios, lídios e cários uma continuidade mais ou menos direta com os povos (lúvitas) do segundo milênio. Porém, as antigas comunidades e os novos grupos passaram por processos de contato e assimilação que não podem ser reconstruídos.

Portanto, o surgimento do fator gentílico de origem tribal modificou radicalmente o tipo de Estado do início do período do Ferro. O Estado do período do Bronze era

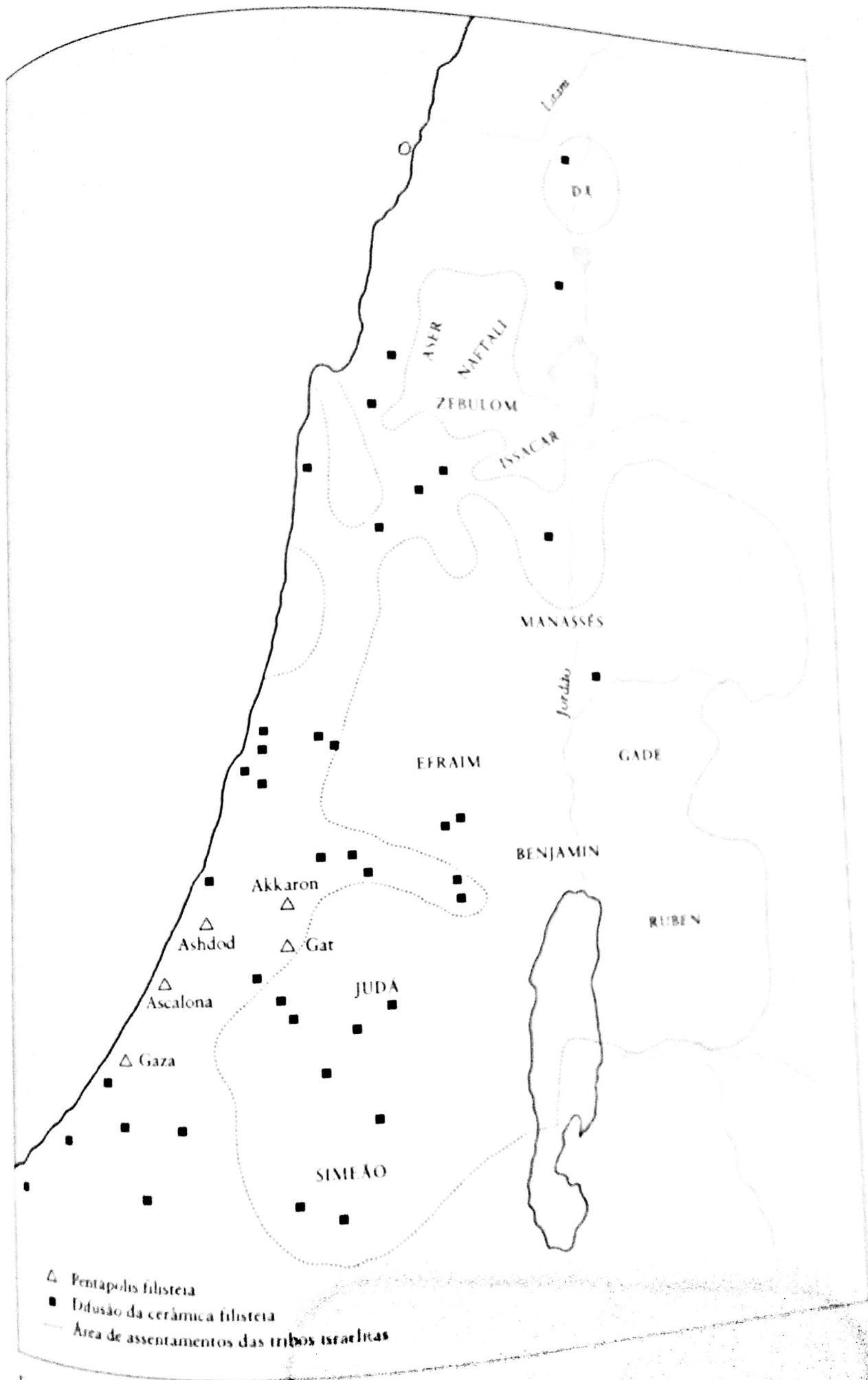


Figura 120. Filisteus e israelitas na Palestina (séculos XIII-XII)

um Estado territorial, em que todos os habitantes eram súditos controlados por um “palácio”. Nos Estados territoriais havia uma distinção entre cidades palacianas, aldeias agrícolas a seu redor, e casos eventuais de pastores externos; e entre os membros da organização palaciana e os “livres”. A pertença ao Estado, por sua vez, não depende da língua, da religião e da origem. A fronteira entre um Estado e outro era definida pelas relações de força, pela capacidade tributária, e não pela identidade das comunidades situadas de um lado ou de outro da mesma. Só se pode falar de uma consciência de identidade “nacional” nas formações mais amplas (“os egípcios”, “os assírios”), mas essa identificação não se opõe a outros povos em pé de igualdade, mas a todo o mundo externo, desembocando em contraposições entre um povo central formado por “homens” e uma periferia formada por sub-humanos. O Estado “nacional” do período do Ferro assume como critério de pertença a descendência de um antepassado comum, ou seja, a parentela entre os membros atuais. É claro que descendência e parentela podem ser artificialmente definidas, porém, isso demonstra que é o código gentílico que rege as relações políticas. A identidade nacional dá menos importância à posse de uma determinada área ou território (o povo podia até migrar) que à proximidade da língua, da religião (um deus tribal que se tornará nacional), dos costumes, dos modos de vestir, dos tabus alimentares, e assim por diante. Dentro do Estado nacional, as distinções de assentamento e de modos de vida entre membros da população urbana, camponeses, pastores, e também entre dependentes reais e livres, deixam de ser importantes, dado que os vínculos administrativos e fiscais estão momentaneamente enfraquecidos. O Estado palaciano, administrativo, fiscal, resultado típico da primeira e segunda urbanização, é substituído por um Estado gentílico que retoma certos valores claramente pré-urbanos, ou melhor, periurbanos. Um exemplo disso é o caso da organização militar. O exército do período do Bronze era composto de especialistas e obrigados à *corveia*; o exército do primeiro período do Ferro é um “povo em armas” que se mobiliza por entusiasmo, por uma decisão autônoma dos grupos gentílicos reunidos em assembleia, e não por imposição administrativa. Seus chefes “carismáticos”, uma vez passado o perigo, voltam às suas ocupações.